

REFLEXÕES SOBRE *BULLYING* E VIOLÊNCIA ESCOLAR¹

Manoel de Lélis Santos²

Luciene Corrêa de Miranda Moreira³

RESUMO:

Este artigo busca, através de uma pesquisa bibliográfica, discutir e alertar sobre as diversas formas de violência no contexto escolar, ressaltando a presença da psicologia escolar no enfrentamento e prevenção da violência nas escolas, sobretudo, o *bullying*. A instituição escolar possui um desafio: como promover o aprendizado dos alunos e, ainda, priorizar o bem-estar emocional e a socialização entre os pares, através da intervenção do psicólogo escolar. As escolas têm se transformado em um cenário hostil, entre professores, alunos e aqueles que constituem a própria escola. Esse quadro preocupa especialistas da educação, professores, pedagogos, sociólogos, psicólogos e, especialmente, os pais das crianças e jovens. Dentre os inúmeros tipos de violência escolar, o *bullying* surge de forma sutil e de maneira encoberta, através de vários comportamentos intimidadores e repetitivos, durante longo tempo sobre a mesma vítima, deixando várias sequelas para o agressor, a vítima e a testemunha. Por isso, a importância de se pesquisar a realidade da violência escolar, ressaltando que a família e a escola, juntamente com a psicologia escolar, devem ser partícipes no enfrentamento do *bullying*, objetivando ações educacionais, com os diversos membros da instituição escolar, para minimizar e prevenir o fenômeno *bullying*, e motivar a qualidade da aprendizagem e o desenvolvimento de crianças e jovens.

Palavras-chave: Violência Escolar. *Bullying*. Psicologia escolar e educacional.

REFLECTIONS ON BULLYING AND SCHOOL VIOLENCE

ABSTRACT:

This article seeks, through bibliographical research, to discuss and raise awareness about the different forms of violence in the school context, highlighting the presence of school psychology in confronting and preventing violence in schools, especially bullying. The school institution has a challenge: how to promote student learning and also prioritize emotional well-being and socialization among peers, through the intervention of the school psychologist. Schools have become a hostile scenario, between teachers, students and those who make up the school itself. This situation worries education specialists,

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia Centro Universitário Academia na Linha de Pesquisa Educação e Subjetividade. Recebido em 01/11/2024 e aprovado, após reformulações, em 28/11/2024.

² Discente do curso de Psicologia do Uniacademia. E-mail: manoelelis@uol.com.br

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: lucienemoreira@uniacademia.edu.br

teachers, pedagogues, sociologists, psychologists and, especially, the parents of children and young people. Among the countless types of school violence, bullying appears subtly and covertly, through various intimidating and repetitive behaviors, over a long period of time on the same victim, leaving several consequences for the aggressor, the victim and the witness. Therefore, the importance of researching the reality of school violence, highlighting that the family and school, together with school psychology, must be participants in combating bullying, aiming at educational actions, with the various members of the school institution, to minimize and prevent the bullying phenomenon and motivate the quality of learning in the development of children and young people.

Key words: School Violence. Bullying. School and educational psychology.

1 INTRODUÇÃO

O termo *bullying* refere-se a ações agressivas e gratuitas contra uma mesma vítima, que ocorrem por um longo período e são marcadas pelo desequilíbrio de poder. O *bullying* é diferente de outros tipos de agressões por se caracterizar como um comportamento repetitivo, determinado e intencional, não se referindo, por exemplo, a divergências de ponto de vista e ideias que podem provocar desentendimento (Fante, 2005, 2008a *apud* Freire; Aires, 2012). Este tipo de violência tornou-se notícia em diversas mídias, jornais e revistas, chamando a atenção de pais, de educadores e da sociedade, conforme ilustram as notícias a seguir.

São Paulo, março de 2023. Um estudante de 13 anos, armado com uma faca, desferiu golpes contra colegas e professores na escola onde estuda. Uma das vítimas do ataque foi uma professora de 71 anos. “Naquele dia ele chegou a anunciar em uma rede social que iria cometer o crime, infelizmente, este não é um caso isolado, só nesta semana, outras duas escolas tiveram ameaças de ataques.”⁴

Em abril de 2024, no município de Praia Grande - SP, um adolescente de 13 anos morreu em decorrência dos danos provenientes de agressões físicas sofridas na escola. O adolescente relatou que queria proteger seus colegas menores do *bullying*. Essas agressões não foram inéditas, pois, segundo a mãe,

⁴ O assunto #931: a explosão de violência dentro das escolas. **G1**. 30/03/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/30/o-assunto-931-a-explosao-de-violencia-dentro-das-escolas.ghtml> Acesso em: 30 out. 2024.

“[...] o filho sofreu uma agressão física dentro da escola em março, quase um mês antes da agressão. Na ocasião, a família já queria tirá-lo da unidade”⁵. Já em Heliópolis - BA, em outubro de 2024, um estudante de 14 anos, de posse de um revólver, atirou e matou três colegas. Em seguida, suicidou-se. Tudo aconteceu dentro da sala de aula.⁶

Notícias como estas preocupam e sinalizam a seriedade do problema da violência nas escolas, o que mobiliza profissionais da educação e áreas afins e autoridades a pensar em estratégias para o enfrentamento da violência escolar. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), a violência é um fenômeno multicausal e possui indicativos que ultrapassam os limites físicos do espaço escolar. Geralmente, associa-se à exposição prolongada a processos violentos como o *bullying*, abuso e negligência familiar, preconceitos e outras formas de violência.

A instituição escolar é fundamental no desenvolvimento do indivíduo. A escola apresenta diversas funções, tais como, a socialização ao compartilhar com a família a educação de crianças e jovens; a função política, ao atuar na formação do cidadão; e a função pedagógica, sendo o local privilegiado para transmitir, construir e democratizar conhecimentos historicamente obtidos (Sawaya, 2002). No entanto, a presença da violência nas escolas rompe com essa escola idealizada por alunos, pais, professores e demais profissionais que integram a equipe multiprofissional em educação, causando insegurança geral e prejuízos na aprendizagem dos alunos.

Como o *bullying* é um fenômeno que ocorre na escola, é relevante analisá-lo sob o viés da Psicologia Escolar. Esta especialização da psicologia veio passando por uma série de transformações ao longo do contexto histórico até se caracterizar como tal. Segundo Maluf (2010), a nova Psicologia Escolar não surge sob um paradigma unificado, pois sua forma é múltipla, embora as expressões comuns que a caracterizam a torne reconhecida principalmente pelas ações dos profissionais do que pelo discurso.

⁵ Aluno morto após agressão em escola paulista queria defender amigos do *bullying*, diz a mãe. **Estadão**. 29/04/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/04/29/aluno-morto-apos-agressao-em-escola-paulista-queria-defender-amigos-de-bullying-diz-mae.htm> Acesso em: 30 out. 2024.

⁶ Estudante de 14 anos mata três colegas em escola no interior da Bahia. **O Tempo**. 18/10/2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/2024/10/18/estudante-de-14-anos-mata-tres-colegas-em-escola-no-interior-da-> Acesso em: 30 out. 2024.

Este artigo consiste numa revisão narrativa qualitativa, exploratória, sendo as principais fontes bibliográficas provenientes de livros da área de Psicologia Escolar e artigos científicos disponíveis em bases de dados como, Google Acadêmico, Scielo e PePsic. As palavras-chave utilizadas na busca de artigos foram a combinação do termo “*bullying*” com “violência escolar” e “psicologia” escolar. Também foram utilizadas reportagens disponíveis em jornais e sites de notícias brasileiros, publicadas entre os anos de 2023 e 2024, que noticiam casos de violência nas escolas.

O objetivo geral deste artigo é discorrer sobre o *bullying*, caracterizando este fenômeno como uma forma de violência que ocorre no ambiente escolar. Os objetivos específicos consistem em definir violência, apresentando algumas das possíveis formas de violência, inclusive escolar; discutir o fenômeno de individualização do *bullying* e discorrer sobre a importância da Psicologia Escolar na prevenção e no enfrentamento do fenômeno *bullying*, sobretudo no cenário nacional.

2 CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Segundo Michaud (2001 *apud* Pereira, 2009), o termo **violência** deriva do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* designa tratar com violência, transgredir. Essas expressões referem-se a *vis*, que se traduz como força, violência, emprego da força física. A palavra violência, conforme sua etimologia, possui vários significados de acordo com o contexto no qual se insere. A violência pode ocorrer em diferentes contextos, inclusive, na escola.

Arendet (2000 *apud* Bispo; Lima, 2014) denomina violência estrutural a forma de violência relacionada com a violência social e enfatiza que a violência estrutural resulta de uma ideologia intrínseca à sociedade, cujas leis e regras visam ao controle social, produzindo as desigualdades, beneficiando alguns grupos e tornando desiguais e excluídos os demais grupos.

Bourdieu e Passeron (1975 *apud* Bispo; Lima, 2014) relacionam a violência com o exercício do poder e afirmam que existe um poder despercebido, mas, capaz de constituir a realidade, denominado poder simbólico. Este atribui significações como legítimas, mascarando as relações de força que

fundamentam sua atuação, o que é denominado de violência simbólica. Na escola, a violência simbólica ocorre através da imposição de uma cultura escolar própria da classe dominante, que reproduz a estrutura de poder.

Debarbieux (2001, p. 185 *apud* Peçanha; Pereira, 2013, p.11) destaca que “a violência dos alunos surge determinada pela violência simbólica”. A escola não se organizou para atuar neste novo ambiente social que se desenvolveu, dando origem a um novo “ciclo social excludente [...] e o ensino reflete uma classe”, isto é, a face de uma escola de classe.

Neste sentido, o Conselho Federal de Psicologia, em sua Nota Técnica CFP N°8/2023 (2023) elucida que o termo **violência nas escolas** designa os ataques direcionados à instituição escolar, nos quais o alvo e *locus* das agressões são a escola, tanto a sua estrutura física, quanto a comunidade escolar. A escola é um espaço de aprendizagem, socialização e respeito à diversidade, portanto, deve ser um ambiente seguro e acolhedor. Entretanto, o aumento dos ataques às escolas tem gerado medo e insegurança e é fato que as manifestações violentas refletem as tensões decorrentes de questões econômicas e sociais.

Aprofundando no fenômeno da violência na escola, Charlot (2002) destaca três formas de violência escolar: violência na escola, violência à escola e violência da escola. Em relação à violência na escola, entende-se que a escola é o local de violências que iniciam fora do seu espaço. Por exemplo, alguém que invade o ambiente escolar para agredir uma pessoa que esteja no seu interior. Já o termo violência à escola refere-se às atividades institucionais e às ações diretas contra a instituição, tais como, vandalismo e violência contra aqueles que representam a instituição escolar, como funcionários e professores. Finalmente, a violência da escola refere-se ao fenômeno em que os próprios alunos são as vítimas. Essa violência pode ocorrer na interrelação entre professores e alunos ou no processo de avaliação e aplicação de notas, em situações que refletem preconceitos e estigmas, isto é, parâmetros contrários aos objetivos de desempenho e aprendizagem. Segundo Arendet, (2000 *apud* Bispo; Lima, 2014), a violência simbólica na escola deve ser percebida através da determinação de uma cultura escolar adequada à classe dominante, que serve para a representação das estruturas de poder.

Além desses tipos de violência que ocorrem no contexto escolar, a partir de uma outra perspectiva, Charlot (1997 *apud* Abramovay, Lima; Varella, 2002), enfatizou três tipos de violência escolar: violência, incivilidade e violência simbólica. A violência é representada por golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes e vandalismo. As incivildades consistem nas humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito. A violência simbólica ou institucional surge na forma de falta de sentido em permanecer na escola, concepção do ensino como um desprazer, conteúdos alheios aos interesses discentes, o não acolhimento dos jovens pela sociedade, a violência das relações de poder entre professores e alunos, a negação da identidade e insatisfação aos professores, entre outros fatos. Assim, é mais apropriado tratar da pluralidade de violências nas escolas e não da violência no singular, como se fosse um fenômeno unitário e homogêneo.

Nas últimas décadas, um novo tipo de violência tornou-se notícia em diversas mídias, jornais e revistas, chamando a atenção de pais, educadores e da sociedade, sendo denominado de fenômeno *bullying*. Esse não é um acontecimento novo do ambiente escolar, pois, a partir dos anos 1980, tomou forma e ganhou um nome específico, quando Olweus (1993) definiu *bullying* como atos agressivos, antissociais e repetitivos que ocorrem entre estudantes no contexto escolar. Este tema será aprofundado na seção a seguir.

3 O FENÔMENO *BULLYING*

Cantini (2004 *apud* Barbosa, Lourenço, Pereira, 2011) ressalta que o *bullying* constitui-se num tipo específico de agressão que ocorre entre os pares, onde existe a intenção de prejudicar, humilhar e tal comportamento persiste por certo tempo, sendo mantido pelo poder exercido sobre a vítima, seja pela diferença de idade, força ou gênero. Por tratar-se de um fenômeno no qual a relação entre agressores e vítimas é bastante extensa no tempo e espaço, as consequências incluem prejuízos pessoais, institucionais e sociais.

O *bullying* acontece em diversas escolas do mundo, com frequência variável e não depende da condição econômica, social e cultural do estudante. Por isso, pesquisadores preocupam-se com a solução do fenômeno *bullying* que se tornou um problema em todo o mundo (Fante, 2005). Algumas atitudes de

abusos entre pares ocorridas na escola se tornam camufladas devido a uma categorização que prefere as manifestações ativas, tais como, xingamentos, agressões, ao invés das atitudes passivas, igualmente cruéis, despercebidas por educadores e pesquisadores (Silva; Salles, 2008), que também se caracterizam como *bullying*. A continuidade do *bullying* vai agravando os atos de incivilidade, intimidações e assédio, o que proporciona às vítimas sensações de abandono e insegurança e, aos agressores, sentimento de impunidade e poder (Fante, 2008a *apud* Freire; Aires, 2009).

O *bullying* pode ser classificado como direto ou indireto. No *bullying* direto, as vítimas são atacadas por meio de apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que geram mal-estar aos alvos. Já o *bullying* indireto consiste em ações que promovem o isolamento social, envolvendo atitudes de indiferença, isolamento, difamação, exclusão (Lopes Neto, 2005).

A violência escolar, a partir dos anos 90, passou a ser analisada através das interações dos grupos de alunos, determinando um tipo de sociabilidade entre os pares, com a violência nas escolas sendo estudada como questão de segurança (Pereira, 2009). No final dos anos 90 e começo dos anos 2000, o tema *bullying* chega ao Brasil, e as pesquisas realizadas incluíam “[...] apenas a realidade dos locais onde eram realizadas, mas, na década de 80, já efetuavam estudos sobre a depredação de prédios escolares e aos poucos os estudos atingiram as relações interpessoais agressivas” (Antunes; Zuin, 2008 *apud* Freire; Aires, 2012, p. 56). Nesse sentido, Sposito (2001 *apud* Pereira, 2009) ressalta que as pesquisas referentes à violência interpessoal surgiram a partir de 1997.

Assim, surgiram, em grande parte do país, estudos sobre a violência no ambiente escolar. Dentre as pesquisas efetuadas nesse período, conforme Paredes, Saul e Biachi (2006 *apud* Pereira, 2009), chama a atenção o levantamento nacional, realizado somente com professores da rede pública, sobre a violência escolar, através da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), juntamente com a Universidade de Brasília (UNB). Conforme a pesquisa, os casos mais comuns de violência na escola foram vandalismo, agressões entre alunos e agressões aos professores, nessa ordem.

Objetivando sistematizar e fundamentar ações, em 6 de novembro de 2015 é sancionada a lei de nº 13.185, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) em todo o território nacional:

Considera-se intimidação sistêmica (*bullying*) *todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas* (Brasil, 2015, Art. 1º).

O Programa supracitado objetiva prevenir e combater o *bullying* em toda a sociedade; capacitar profissionais da educação para discutirem sobre o tema; promover campanhas de conscientização; orientar pais e agressores. Merece destaque o apoio psicológico e jurídico às vítimas e aos agressores. Em relação a estes últimos, o documento elucida que se deve privilegiar instrumentos que, de fato, promovam a responsabilização e a mudança do comportamento hostil, evitando-se, sempre que possível, punir os agressores (Brasil, 2015).

Apesar de não ser o foco deste artigo, é relevante citar que, nas últimas décadas, com a evolução no campo das tecnologias da informação e comunicação (TIC's), o *bullying* deixa de se restringir aos limites geográficos das escolas e amplia seu território para o ambiente virtual, principalmente nas redes sociais, passando a ser denominado de cyberbullying (Uhle, 2015).

3.1 A INDIVIDUALIZAÇÃO DO FENÔMENO *BULLYING*

O fenômeno *Bullying* torna-se frequente para explicar as situações de violência na escola, cuja abordagem, na perspectiva individual, caracteriza o papel que cada indivíduo desempenha no processo – vítima, agressor, expectador (Fante, 2005). O agressor é a criança ou adolescente que age de forma agressiva contra um colega que é supostamente mais frágil, com a intenção de prejudicar, sem ter ocorrido provocação por parte da vítima (Berger, 2007 *apud* Bandeira; Hutz, 2010). Sente satisfação em dominar, controlar e causar danos aos outros, sendo mais forte que seus alvos, na maioria das vezes (Lopes, 2005 *apud* Bandeira; Hutz, 2010). O agressor pode apresentar impactos

psicológicos no futuro, destacando-se, por exemplo, um maior risco de se envolver em atividades relacionadas ao crime ou à delinquência (Uhle, 2015).

Segundo Fante (2005), as vítimas são as crianças ou adolescentes que sofrem as agressões. Podem ser vítimas passivas ou típicas, vítimas agressivas e vítimas provocativas. A vítima passiva ou típica não reage às provocações, sofrendo sempre as consequências das agressões. A vítima agressiva, ante os maus-tratos que sofre, reage com agressão e busca indivíduos mais frágeis para torná-los bodes expiatórios. A vítima provocativa é aquela que causa e atrai reações agressivas que não sabe enfrentar com eficiência. Segundo Uhle (2015), as vítimas de *bullying* e *cyberbullying* podem apresentar baixa autoestima, transtornos mentais, como a depressão - inclusive, maior risco de suicídio. Segundo Pereira (2023), também podem apresentar ansiedade, redução do desempenho acadêmico, evasão escolar, isolamento social, problemas relacionados à saúde física, envolvimento com álcool e outras drogas.

As testemunhas presenciam as agressões, na maioria das vezes, sem se envolver, por medo de tornarem-se vítimas (Fante, 2005). No entanto, podem exercer influência por apoiar a vítima – inclusive, auxiliando-a a procurar ajuda - , opor-se ao agressor, ou, ainda, ignorar o ocorrido. Mesmo sem se envolverem diretamente, há o risco de os expectadores tornarem-se insensíveis aos sentimentos das vítimas, comprometendo sua empatia, ou apresentarem medo do futuro e insegurança frente a situações sociais (Pereira, 2023).

Vários estudos, nessa perspectiva individual - como Bandeira; Hutz, 2010; Lopes Neto, 2005; Uhle, 2015 - investigam os impactos do *bullying* entre os envolvidos. Ênfase tem sido direcionada aos impactos do *bullying* na saúde mental, especialmente, em crianças e adolescentes vítimas desta forma de violência, como no estudo de Uhle (2015). Não se questiona a importância de estudos neste sentido, considerando-se os impactos dos problemas de saúde mental nas pessoas que destes sofrem. Entretanto, o *bullying* é um fenômeno e não pode ser abordado apenas sob este viés individualista e focado nos seus impactos.

A individualização do fenômeno *bullying* traz consigo um viés da prática da Psicologia Escolar que foi defendida por muitos anos, a qual justifica este tipo de abordagem. Neste sentido, segundo Maluf (2010), o excesso da utilização da psicometria nas práticas escolares produziu diagnósticos e prognósticos com

pouca fundamentação, equiparando indivíduos a problemas. Fenômenos psicológicos ativos e complicados foram coisificados e tratados descontextualizados do ambiente sociocultural que os originaram.

Colocar no sujeito o centro da culpa pelas violências é um problema, pois, acaba por isentar a sociedade da responsabilidade pela reprodução e produção de fenômenos que favorecem o estado de violência presente nas relações entre sujeitos. Nessa vertente, passa de mecanismo compreensivo para conceito classificatório, e acaba por retirar das relações sociais o foco explicativo, encerrando nos sujeitos a culpa e a responsabilidade por aquilo que ocorre sob as regras instituídas (Silva; Salles, 2008). A Psicologia Escolar propõe análise e intervenção do fenômeno *bullying* que ultrapassa a dimensão individual, a partir de uma abordagem social e coletiva, o que será enfatizado na próxima seção. Assim, compreende-se que representações sociais e preconceitos estão presentes em muitos modos de *bullying* (UFMT; FENBB., 2018).

4 A INTERVENÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E DA EDUCAÇÃO JUNTO AO BULLYING E À VIOLÊNCIA ESCOLAR

A Psicologia Escolar e da Educação é uma das especialidades em psicologia. O psicólogo educacional atua em instituições formais e informais da área da educação. Este profissional pode trabalhar junto à comunidade escolar visando-se à compreensão e à mudança no comportamento de educadores e educandos, no processo ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e, inclusive, intrapessoais, buscando sempre a compreensão a partir de uma perspectiva que inclua as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. Pode, também, realizar pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Em síntese, objetiva promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino (CFP, 2008).

Dentre várias atribuições, destaca-se o desenvolvimento de atividades que envolvam alunos, pais, professores e demais profissionais que trabalham em contexto escolar, com o objetivo de prevenir, identificar e resolver possíveis problemas sociais que interfiram no desenvolvimento de potencialidades, a autorrealização e o exercício da cidadania. Também participa, em equipe, do planejamento pedagógico, visando à promoção do desenvolvimento humano, da

aprendizagem e das relações interpessoais (CFP, 2008). A prevenção, a identificação e a intervenção junto ao fenômeno *bullying* são práticas do psicólogo escolar. Entretanto, nem sempre foi assim.

Segundo Witter e colaboradores (1992 *apud* Maluf, 2010), uma pesquisa em bases bibliográficas, entre 1980 e 1992, sobre a atuação do psicólogo escolar e educacional no Brasil, revela um alto número de publicações oriundas de pesquisas sobre aspectos clínicos e psicométricos da atividade dos psicólogos em consultórios e escolas de primeiro grau. Os autores ainda enfatizaram que essa atuação se tornara descontextualizada e não crítica, ocorrendo em classes especiais de escolas da rede regular de ensino e em instituições capazes de promover o atendimento de crianças com deficiências ou reabilitação. Os autores supracitados reiteraram que, apesar de terem inserido a noção de atuação preventiva para transpor a atuação simplesmente remediativa, não parecia o necessário para suplantarmos a adoção do modelo clínico na prática do psicólogo escolar, isso devido à elevada patologização dos fenômenos educacionais, principalmente, em relação aos alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Nos anos finais da década de 1980 e primeiros anos de 1990, surgiam novas diretrizes para a Psicologia Escolar, visando examinar a abrangência de teorias psicológicas e de técnicas de avaliação, assegurar as contínuas relações entre psicologia e sociedade, melhorar a compreensão do comportamento humano através da interdisciplinaridade como principal recurso, apresentar novas formas de estágio para o psicólogo escolar (Maluf, 1994; Congresso Interamericano de Psicologia, 1993; Moreira, 1992; Yassle, 1990; Yamamoto, 1990; Del Prette, 1989 *apud* Maluf, 2010). Neste período, observa-se um avanço, já que a Psicologia Escolar abandonou o enfoque clínico, assumindo um enfoque mais pedagógico, que inclui uma visão cultural e histórica da escola e de seus fenômenos educativos (Cassins *et al.*, 2007).

A Psicologia Escolar, em sua nova fase no Brasil, é caracterizada pela importância de novas práticas que restituem a dívida social e escolar ainda permanente, consequência de formações e ações que permitiram ao profissional atuar quase que de maneira exclusivamente a favor das camadas privilegiadas da população, da manutenção de exclusões sociais e do cultivo de estigmas e preconceitos (Maluf, 2010). O psicólogo escolar passa a desenvolver –

juntamente à coordenação pedagógica, familiares e, inclusive, profissionais que acompanham os alunos fora do ambiente escolar – atividades direcionadas a alunos, professores e funcionários (Cassins *et al.*, 2007). Maluf (2010) ressalta que é o momento de apresentar como a Psicologia Escolar deve estar engajada no bem-estar da comunidade escolar, no incremento psicológico de todos os envolvidos no projeto educacional, na aquisição relevante que transmitirá ao aluno as qualidades individuais e sociais para o exercício.

A partir de uma visão sistêmica, a Psicologia Escolar atua em duas frentes – a preventiva e a que requer ajustes ou mudanças – contribuindo, assim, para o desenvolvimento cognitivo, humano e social de toda a comunidade escolar (Cassins *et al.*, 2007). A seguir, serão apresentados os níveis de prevenção e as possibilidades de intervenção em cada um deles.

4.1 NÍVEIS DE PREVENÇÃO

Conforme já foi abordado ao longo deste artigo, a violência, em especial o *bullying*, é um tema complexo, que demanda reflexão e intervenção no sentido, principalmente, de prevenir sua ocorrência, mas, também em busca de encontrar estratégias de mudança quando o problema já está instalado. Neste sentido, torna-se relevante discorrer brevemente sobre os três níveis de prevenção – primária, secundária e terciária, definidos originalmente por Goldston (1980 *apud* Lacerda Jr.; Guzzo, 2005), a se explicar.

A prevenção primária consiste em ações amplas, geralmente, de caráter educativos, voltadas a grupos amplos, antes da instalação de algum problema. Já as estratégias em prevenção secundária consistem em identificar fatores de risco para, assim, intervir precocemente. Finalmente, a prevenção terciária ocorre quando o problema já está instalado e seu objetivo é a reabilitação (Goldston, 1980 *apud* Lacerda Jr.; Guzzo, 2005).

O conceito dos níveis de prevenção pode ser voltado à questão da violência escolar, pois: “[...] o objetivo da Psicologia Escolar/Educacional é ser um esteio para o desenvolvimento global do estudante. Através de ações com diretores, professores, orientadores, pais e os próprios alunos, o trabalho se dirige à prevenção” (Cassins *et al.*, 2007, p.21).

Segundo Ortega e Del Rey (2002), existem três formas de atuação para a prevenção da violência escolar. A prevenção primária tem como finalidade otimizar as condições sociais que, geralmente, cercam o sujeito e acontecem na comunidade a qual o aluno pertence. Pureza e Lindern (2014) citam como exemplos de intervenções em prevenção primária os programas voltados a melhorar os relacionamentos interpessoais entre as crianças e o clima escolar antes da incidência do *bullying*.

A prevenção secundária refere-se diretamente à ação da escola, ou surge a partir dela, com assistência aos estudantes em situação de risco (Ortega; Del Rey, 2002). As intervenções podem consistir em programas que trabalhem direto com os envolvidos, os quais já apresentam sintomas ou prejuízos, tão logo uma situação de *bullying* seja instalado (Pureza; Lindern, 2014).

A prevenção terciária ocorre através de trabalho direto com estudantes envolvidos em fenômenos de violência, comportamento antissocial, criminalidade juvenil, vitimização, dentre outros problemas. Implica ação de caráter paliativo (Ortega; Del Rey, 2002). Pode-se citar, como exemplos, as intervenções de psicologia clínica que objetivam tratar possíveis prejuízos das vítimas e agressores do *bullying*. Essas intervenções clínicas podem trabalhar questões como desenvolvimento de habilidades sociais, estratégias de enfrentamento e orientações aos pais (Pureza; Lindern, 2014) – ou seja, apenas no nível de prevenção terciária elaboram-se intervenções clínicas, individuais e fora do contexto escolar.

Por isso que, ao se estudar o fenômeno *bullying*, formas de prevenção e enfrentamento, compreende-se a individualização do fenômeno como uma estratégia simplista e incompleta. A escola precisa, de fato, se envolver na prevenção e na intervenção junto a este fenômeno, mas, para isso, além da equipe multiprofissional que atua no ambiente escolar, torna-se necessário também envolver a família e outras instituições indiretamente relacionadas que possam contribuir para uma abordagem mais abrangente. A seguir, serão abordados alguns pontos referentes a estratégias de enfrentamento ao *bullying* e discutida a importância da tríade psicologia, escola e família.

4.2 PSICOLOGIA, ESCOLA E FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DO *BULLYING*

Apesar de, atualmente, o *bullying* ser um tema amplamente abordado e de entender-se que a escola é responsável por manejar a situação, há uma escassez de materiais que, de fato, apresentem diretrizes claras de como a escola deve proceder nessas situações (Rigby, 2011 *apud* Pureza; Lindern, 2014). A instituição escolar precisa refletir e debater temas que causam preocupação, como a violência, suas formas de prevenção e suas consequências no desenvolvimento da criança e do adolescente (Njaine; Minayo, 2003). No caso do *bullying*, o primeiro passo é investigar a existência, a frequência, quem são os envolvidos e os locais onde o fenômeno acontece. Depois de conhecer a situação da escola, buscar a melhor maneira de intervenção.

Para se pensar em prevenção e intervenção junto ao *bullying*, é essencial que os profissionais da educação conheçam bem o fenômeno e saibam identificá-lo. Neste sentido, Silva e Rosa (2013) realizaram uma pesquisa qualitativa junto a professores acerca de suas concepções sobre o *bullying*, a importância do tema na formação docente e suas opiniões acerca de estratégias eficazes de intervenção em escolas públicas do ensino fundamental. Para isto, foram entrevistados seis professores e seis licenciados, respectivamente, de uma escola municipal em Recife e na Universidade Federal de Pernambuco. A partir das falas dos entrevistados, os pesquisadores puderam perceber que os profissionais da educação sabem pouco sobre este fenômeno, o que interfere na forma como eles planejam e realizam intervenções pedagógicas na área. Também foi possível perceber que o tema não ganha toda a ênfase necessária na formação inicial e continuada de professores, o que indica a necessidade de se reformular conteúdos, visando-se abordar o assunto de forma mais intensa. Finalmente, os entrevistados reconhecem o *bullying* enquanto um sério problema e pensam que as possíveis formas de intervenção incluem o diálogo e o envolvimento de pais e autoridades públicas.

Voltando-se à Psicologia Escolar, observa-se que um fenômeno psicológico compreendido como a-histórico e ligado em indivíduos, com elevada desconsideração social, vem sendo analisado cada vez mais na sua natureza social, como fenômeno histórico-cultural, além de sua expressão individual. As práticas psicológicas vêm se transformando, na busca de conhecimento interdisciplinar, isto é, estando além da expectativa unidisciplinar, que se tornou

insuficiente para compreender fenômenos humanos complexos. As práticas de intervenção ressaltam a importância do trabalho em grupo, em detrimento das ações isoladas (Maluf, 2010).

A maioria das intervenções em Psicologia Escolar é realizada na escola, enfocando toda a comunidade escolar, visando-se promover mudanças em relação ao conhecimento que profissionais e alunos têm acerca do *bullying* e as habilidades das crianças para enfrentar situações de violência, em especial, enfatizando as habilidades sociais (Pureza; Marin; Lisboa, 2013 *apud* Pureza; Lindern, 2014). É necessário que o psicólogo escolar reconheça as diversas manifestações da violência para, assim, pensar em estratégias de enfrentamento. Este profissional deve incluir, como parte do projeto político pedagógico, ações preventivas continuadas nas fases de resposta e posvenção em sala de aula e na escola como um todo – o que inclui ouvir os estudantes (CFP, 2013).

Segundo Lopes Neto (2005), os programas *anti-bullying* devem ver as escolas como sistemas dinâmicos e complexos, sem tratá-las de forma uniforme, cujas estratégias devem considerar as características sociais, econômicas e culturais de sua população. Pereira (2009) ressalta que há diversos programas de intervenção, conforme suas características, mas o programa *antibullying*, de Dan Olweus, embora relativo à realidade norueguesa, é o referencial para diversos pesquisadores sobre o tema *bullying*. Ele é considerado efetivo não apenas na redução do *bullying*, como também contribui para a diminuição de comportamentos antissociais e para a promoção de melhorias no clima social entre crianças e adolescentes. Resulta em relacionamentos sociais positivos e maior participação nas atividades escolares (Lopes Neto, 2005).

Em entrevista ao jornalista Bernardo Menezes, no Canal Futura - Programa Conexão⁷, a pedagoga Cléo Fante explica a ação da cultura de paz que deve ser desenvolvida através da Lei 13.185 (Brasil, 2015), sobre o Programa Nacional de Combate ao Bullying. Por meio dessa lei, todas as escolas, clubes e agremiações têm como dever o desenvolvimento de ações de combate e prevenção ao *bullying* pautadas em uma cultura de paz. Segundo a entrevistada, com mais de dezoito anos de trabalho na área, o trabalho realizado

⁷ Lei do Bullying. Conexão. **86q**. 21/06/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CwbdeuAhCnA> Acesso em: 31 out. 2024.

tem sido mais focado nas relações interpessoais, em especial, no desenvolvimento de habilidades sociais e da civilidade.

É urgente a necessidade da escola, junto aos familiares, buscar alternativas para trabalhar com esses alunos (Pereira, 2009). Segundo Fante (2005) pesquisas em escolas públicas e privadas do interior de São Paulo mostram que mais de 70% dos alunos entrevistados apontaram a violência doméstica como fator determinante para a elevação da violência nas escolas, evidenciando o papel da família na formação do caráter. Para a autora, duas causas devem explicar as explosões de raiva dos agressores, as quais são a necessidade de repetir os maus-tratos ocorridos em casa e a falta de modelos educativos que conduzam o comportamento da criança à convivência social.

Os pais e a escola podem ter dificuldades em manejar o *bullying* quando não conseguem identificar que seu filho/aluno está envolvido no fenômeno, seja como vítima ou agressor. A falta de diálogo entre pais e filhos e o distanciamento dos pais em relação à escola pode tornar mais difícil para que os pais tenham conhecimento do ocorrido (Pureza; Lindern, 2014).

A família, como instituição educadora, deve acreditar nos jovens, ao incentivar o respeito ao próximo e a não-violência. Deve alertar o que ocorre no entorno da própria casa, na escola e nos grupos de amigos. Se houver violência no interior da escola ou fora, os pais e a escola devem buscar reduzir essas agressões, conforme Fante (2005). O diálogo entre pais e filhos é importante ferramenta no enfrentamento ao *bullying*. Os pais devem conhecer a rotina dos filhos e compreender como eles se sentem frente às variadas situações provenientes dos diferentes contextos em que vivem (Pureza; Lindern, 2014).

Caso os pais tenham conhecimento de alguma situação de risco envolvendo seus filhos, é essencial comunicarem à escola, com o objetivo de se planejar uma estratégia de enfrentamento que possibilite à criança sentir-se segura e confortável no ambiente escolar. Paralelamente, os pais podem incentivar a criança a fazer novas amizades, estabelecer relacionamentos positivos, orientar a ignorar comentários negativos, além de auxiliá-la na promoção de sua autoestima (Orte, 2005 *apud* Pureza; Lindern, 2014).

Apesar de enfatizar-se a importância de ir além do fenômeno de individualização do *bullying*, não se pode desconsiderar a importância da Psicologia Clínica, em especial como forma de prevenção terciária (Pureza;

Lindern, 2014). Em relação a esta área da Psicologia, segundo Maluf (2010), os clientes que têm acesso a consultórios psicológicos se diversificaram, haja vista o ingresso de psicólogos em centros comunitários e centros de saúde, através do poder público, assim, afirmando que novos valores estão sendo conferidos ao trabalho profissional do psicólogo. Novas certezas epistemológicas que surgem na teoria e na prática da Psicologia relacionam-se a uma redefinição do desempenho da cultura e a novas abordagens metodológicas.

Para Constantini (2004), a intervenção e a prevenção das consequências mais dramáticas nos casos de agressões devem buscar estimular o diálogo, possibilitar a escuta e a empatia, construir relações e contextos afetivamente significativos, desenvolver a reflexão crítica, responsabilizar-se por si mesmo e pelos outros. Esses instrumentos devem ser aplicados na vida cotidiana das crianças, bem como na escola e ainda na convivência familiar ou em qualquer momento da vida em que haja necessidade de uma intervenção para solução de problemas ou como prevenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou o *bullying* no ambiente escolar, destacando suas implicações psicológicas para os envolvidos, que sempre devem ser analisados de forma não-individual, sejam eles vítimas, agressores e testemunha. Através da revisão de literatura e análise de reportagens, ficou evidente que o *bullying* não é apenas um problema de convivência, mas um fenômeno que afeta profundamente o desenvolvimento emocional e social dos estudantes. Além disso, ele gera um impacto significativo na saúde mental, podendo acarretar sequelas duradouras, como ansiedade, depressão e baixa autoestima.

Neste contexto, a atuação do psicólogo escolar se torna essencial, tanto para a identificação precoce de casos de *bullying*, quanto para a implementação de estratégias de prevenção e intervenção. É necessário que as escolas não só reconheçam a existência do *bullying*, como trabalhem em toda comunidade escolar (professores, pedagogos, colaboradores da escola), bem como com a família de seus alunos.

O trabalho do psicólogo inclui não só o reconhecimento do *bullying*, como a promoção de um ambiente escolar mais acolhedor, que favoreça o respeito, a empatia e a inclusão, além da saúde mental e projetos pedagógicos com os professores e os que constituem a instituição escolar. Intervenções psicopedagógicas, programas de conscientização e ações que envolvam toda a comunidade escolar são medidas eficazes na redução dos índices de bullying, sincronizando uma **psicosfera** de paz e respeito. Ressaltou-se ainda, a importância do engajamento do Estado, com criação de leis que não só conceituam o *bullying* como busquem promover a identificação, o enfrentamento e aplicações de sanções aos infratores.

Conclui-se, portanto, que a abordagem psicológica no ambiente escolar tanto contribuiu para o bem-estar dos estudantes, quanto para a construção de uma sociedade mais empática, criativa e responsável. É fundamental que a escola assuma seu papel como um espaço seguro, onde todos possam se desenvolver de maneira plena, sem medo ou repressão. Por fim, destaca-se a necessidade de políticas públicas que apoiem a inserção do psicólogo nas escolas, mas também promova o espaço dos alunos, sua participação nas decisões da escola, aumentando os projetos de arte, esporte, música, teatro, sobretudo, valorizando o humano e democrático, reforçando a importância de uma atuação multidisciplinar para, pelo menos, reduzir e esclarecer sobre o quanto é grave o fenômeno *bullying* nas escolas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. **Violências nas escolas**: versão resumida. Brasília: Unesco, USAIDS, UNAIDS, CONSED, UNDIME, Banco Mundial, Fundação Ford, Instituto Ayrton Senna, Rede Pitágoras, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967_por. Acesso em: 08 out. 2024.

ABRAMOVAY, M.; LIMA, F.; VARELLA, S. Percepções dos alunos sobre as repercussões da violência nos estudos e na interação social na escola. **Conferência Regional “Desempenho de Professores na América Latina e Caribe: novas potencialidades”**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/ue000162.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

BANDEIRA, C. de M.; HUTZ, C. S. As implicações do *bullying* na auto-estima de adolescentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, n. 1, p. 131–138, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TKNR4MjrdTf5Mb3kzNFhxZg/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 03 set. 2024.

BARBOSA, A. G.; LOURENÇO, L. M.; PEREIRA, B. **Bullying**: conhecer e intervir. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

BISPO, F. S.; LIMA, N. L. de. A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. **Educação em Revista**, v. 30, n. 2, p. 161–180, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000200008> Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm Acesso em: 30 out. 2024.

CASSINS, A. M.; PAULA JÚNIOR, E. P.; VOLOSCHEN, F. D.; CONTI, J.; HARO, M. E. N.; ESCOBAR, M. BARBIERI, V.; SCHMIDT, V. **Manual de Psicologia Escolar / Educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. Disponível em: <https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/157.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

CFP. **Atribuições Profissionais dos Psicólogos no Brasil**. 2008. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf Acesso em: 03 set. 2024.

CFP. **Nota Técnica CFP Nº 8/2023**: a Psicologia na prevenção e enfrentamento à violência nas escolas. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/05/nota-tecnica-violencia-nas-escolas.pdf> Acesso em: 10 out. 2024.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam esta questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez 2002, p. 432-443. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 out. 2024.

CONSTANTINI, A. **Bullying**: como combatê-lo?: prevenir e enfrentar a violência entre os jovens. São Paulo: Itália Nova, 2004.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para paz. 2.ed. Campinas: Versus, 2005.

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do *Bullying*. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 55–60, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100006> Acesso em 30 out. 2024.

LACERDA JR., F.; GUZZO, R. S. L.. Prevenção primária: análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.9, n.2, p. 239-249, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/4797/3680> Acesso em: 02 ago. 2024.

LOPES NETO, A. A. *Bullying* – comportamento agressivo entre os estudantes. **Jornal de Pediatria**, v.81, n. 5 (supl.), p. S164- S172, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggsGZCjttLZBZYtVq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 out. 2024.

MALUF, M. R.. Psicologia escolar: novos olhares e desafio das práticas. *In*: ALMEIDA, S. F. C. de (org). **Psicologia escolar**: ética e competência na formação e atuação profissional. Campinas: Alínea, 2010 (escritos novos).

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.7, n.13, p.119-34, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2003.v7n13/119-134/pt>. Acesso em: 24 out. 2024.

OLWEUS, D. **Bullying at school**: What we know and what we can do. London: Lackwell, 1993.

ORTEGA, R.; DEL REY, R. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**: mediação e diálogo. Brasília: Unesco, UCB, 2002, p. 24-27. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128721por.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

PEÇANHA, I. S. B.; PEREIRA, R. de O. **Reflexões acerca da violência escolar**. 2013, p.1-20. Disponível em: <https://www.ufjf.br/graduacaocienciasocias/files/2010/11/REFLEX%c3%95ES-ACERCA-DA-VIOL%c3%8aNCIA-ESCOLAR-Ingrid-Silva-Barbosa-Pe%c3%a7anha.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

PEREIRA, K. de R. L. **O bullying no ambiente escolar**: estratégias de enfrentamento e prevenção. Bauru: UNESP, 2023. E-book. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/741447/2/BULLYING.pdf> Acesso em: 24 out. 2024.

PEREIRA, S. M. de S.. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. São Paulo: Paullus, 2009.

PUREZA, J. da R.; LINDERN, D.. Manejo e tratamento do *bullying*: o que fazer. *In*: LISBOA, C. S. de M.; WENDT, G. W.; PUREZA, J. da R. (org). **Mitos e verdades sobre o bullying**: orientações para pais e professores. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014, p.83-94

SAWAYA, S. M. Novas perspectivas sobre o sucesso e o fracasso escolar *In*: OLIVEIRA, M. K.; SOUSA, D. T. R.; REGO, T. C. (Org.). **Psicologia, educação**

e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002, p. 197-213.

SILVA, E. N. da; ROSA, E. C. de S. Professores sabem o que é *bullying*? Um tema para a formação docente. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 2, p. 329-338, 2013.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/rCfxgt8FSpvfw8WYmV8sWmg/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, J. M. A. de P.; SALLES, L. M. F.. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, n. spe2, p. 217–232, 2010. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000500013> Acesso em: 30 out. 2024.

UFMT; FENBB (org.) **Violência e preconceito na escola**: contribuições da psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018. E-book. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/07/violencia-e-preconceitos-na-escola.pdf> Acesso em: 01 out. 2024.

UHLE, R. de C. S. **Cyberbullying e Bullying entre crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio**. 131f. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/64708/R%20-%20D%20-%20RITA%20DE%20CASSIA%20SPREA%20UHLE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 maio 2024.